

## **PROVAS REALIZADAS**

# **Magistratura São Paulo Concurso 171**

## **Prova Preambular (1º Fase)**

### **Direito Civil**

01.O artigo 185 do Código Civil dispõe: "Para o casamento dos menores de 21 (vinte e um) anos, sendo filhos legítimos, é mister o consentimento de ambos os pais". Supondo-se tratar-se de filho concebido e nascido fora do matrimônio

- (A) dispensa-se o consentimento dos pais, bastando a assistência do Ministério Público.
- (B) necessário se torna o consentimento da mãe, apenas.
- (C) o consentimento do pai é suficiente.
- (D) os dois genitores devem consentir.

02.A mulher casada legalmente passa a sofrer de incapacidade mental de caráter absoluto, que resultou em sua interdição. Se seu marido cometer ato grave, que importe em causa para separação judicial, poderá(ão) requerer a ação respectiva,

- (A) a própria mulher, representada pelo seu Curador.
- (B) a mulher, acompanhada pelo Ministério Público, como representante de incapazes.
- (C) o Ministério Público, apenas, ao tomar conhecimento do fato.
- (D) os filhos maiores da interdita.

03.Se os cônjuges divorciados pretenderem restabelecer a união conjugal, poderão fazê-lo

- (A) por petição conjunta endereçada ao juízo que decretou o divórcio.
- (B) por petição conjunta endereçada ao juízo do divórcio, desde que não tenham partilhado os bens e permaneçam no mesmo domicílio conjugal.
- (C) por novo casamento.
- (D) por novo casamento precedido de alvará judicial.

04. O contrato de compromisso de compra e venda de bem imóvel não loteado, para assegurar à parte direito real deverá conter, além das assinaturas do vendedor e do comprador,

- (A) ausência de cláusula de arrependimento e registro no Cartório do Registro de Imóveis.
- (B) cláusula de arrependimento e registro no Cartório Imobiliário.
- (C) celebração por escritura pública, mesmo com pagamento em prestações.
- (D) celebração por compromisso particular, porém com pagamento à vista.

05. Em um contrato de compromisso de compra e venda de bem imóvel, celebrado em 1988, com pagamento do preço em prestações, as partes estabelecem que a falta de pagamento de qualquer delas, desde que constituído em mora o comprador, implicará em sua rescisão com a perda, em benefício do vendedor, do total das prestações anteriormente pagas. Leia os itens abaixo, referentes à situação exposta:

- I. será possível entender-se como antijurídica, a afirmação;
- II . encontra-se parcialmente correta, a afirmação;
- III . a rescisão do contrato não se mostrará possível, em face do Código de Proteção ao Consumidor;
- IV. o juiz poderá decretar a perda parcial das prestações pagas.

A conclusão é no sentido de que

- (A) mostra-se correta apenas a afirmação do item IV.
- (B) são corretas apenas as afirmações dos itens I, II e III.
- (C) são corretas todas as afirmações.
- (D) são corretas todas as afirmações, à exceção do item III.

06. A idéia de personalidade exprime a aptidão genérica para adquirir direitos e contrair obrigações. Assim sendo, face ao direito positivo,

- (A) apenas o ser humano é dotado de personalidade.
- (B) todos os seres humanos e os entes morais (sociedades, associações e fundações) são dotados de personalidade.
- (C) apenas o ser humano com capacidade plena é dotado de personalidade.
- (D) os órgãos públicos, o espólio, a massa falida e a herança jacente também são dotados de personalidade.

07. Num acidente automobilístico, morre o casal João e Maria. Eles não possuem descendentes nem ascendentes vivos. João tinha como parente vivo apenas um tio e Maria, apenas uma filha viva de uma prima falecida. É correto dizer que

- (A) somente no caso de Maria ter morrido antes de João, a filha viva da prima falecida de Maria seria a única herdeira.
- (B) a filha viva da prima falecida de Maria será beneficiada se João tiver falecido primeiro.
- (C) se ocorreu a premoriência de Maria, o tio de João receberá a herança.
- (D) no caso de comoriência, a herança de João beneficia seu tio e a herança de Maria caberá à filha viva de sua falecida prima.

08. Editada uma lei que não seja orçamentária ou tributária, que possui normatização específica,

- (A) ela entra em vigor, no estrangeiro, quando admitida, três meses depois da publicação, e no país, quarenta e cinco dias depois de publicada, se não contiver disposição expressa referente ao início de sua vigência.
- (B) ela começa a existir com a promulgação, entrando em vigor com a publicação oficial.
- (C) a "vacatio legis" é o intervalo entre a aprovação da lei e a sua entrada em vigor.
- (D) no silêncio da lei editada, ela entra em vigor sessenta dias da data de sua publicação oficial.

09. Fatos jurídicos são acontecimentos em virtude dos quais começam, se modificam ou se extinguem as relações jurídicas. Assim sendo, para que os fatos produzam efeitos na ordem jurídica, é preciso que

- (A) simplesmente aconteça um fato.
- (B) aconteça um fato para o qual a ordem jurídica tenha estabelecido conseqüências jurídicas.
- (C) ocorra um acontecimento natural involuntário.
- (D) o fato decorra de uma atividade voluntária do homem.

10. O artigo 82 do Código Civil exige, para a validade do ato jurídico, que o agente seja capaz. Tal disposição legal configura a exigência de que o agente

- (A) tenha a capacidade de gozo, a capacidade de direito, a capacidade de aquisição.
- (B) tenha a capacidade de fato, a capacidade de ação, a capacidade de exercício.
- (C) pessoa física, seja dotado de personalidade jurídica.
- (D) tenha sempre mais de vinte e um anos de idade.

## **Direito Processual Civil**

11. O momento processual adequado para ser examinada, pelo julgador, questão envolvendo ilegitimidade das partes será:

- I. quando do despacho da petição inicial;
- II. no despacho saneador;
- III. no despacho saneador ou na sentença;
- IV. quando do julgamento do recurso.

Quanto às afirmativas acima,

- (A) apenas a I é correta.
- (B) apenas a IV é correta.
- (C) todas são corretas.
- (D) são corretas apenas II, III e IV.

12. Ao julgar procedente uma ação em que houver denunciação à lide, já admitida, deverá o juiz

- (A) julgar prejudicada a denunciação.
- (B) julgar a denunciação e reconhecer, ou não, o direito do evicto.
- (C) julgar a denunciação em nova e ulterior sentença.
- (D) assegurar ao evicto o direito à propositura de nova ação contra o denunciante.

13. Nos Juizados Especiais Cíveis criados pela Lei nº 9.099, de 26.09.1995, podem processar-se, entre outras, as seguintes ações:

- (A) apenas causas com valor inferior a 20 salários mínimos.
- (B) causas de valor inferior a 40 salários mínimos e questões trabalhistas de qualquer valor.
- (C) questões envolvendo acidentes de trabalho em que não haja morte e ações de alimentos de valor até 40 salários mínimos.
- (D) ações de despejo para uso próprio e de indenização por acidentes de veículos de via terrestre.

14. A propósito das ações cautelares não nominadas especificamente no Código de Processo Civil, é correto dizer que

- (A) apenas poderão processar-se pelo rito ordinário.
- (B) o juiz mandará imprimir, ao pedido, o rito sumário.
- (C) processar-se-ão normalmente, como as demais cautelares.
- (D) processar-se-ão como as demais cautelares, vedada a concessão de liminar.

15. Analise os itens a seguir, sobre as ações possessórias:

- I. são consideradas ações dúplices, em que o autor é réu e o réu é autor;
- II. admitem reconvenção;
- III. são passíveis de concessão de liminar;
- IV. não admitem tutela antecipada.

Pode-se afirmar que

- (A) apenas os itens I e II são corretos.
- (B) apenas são corretos os itens I e III.
- (C) todos os itens são corretos.
- (D) apenas são corretos os itens II, III e IV.

16. O advento da ação monitória insere-se no contexto da Reforma do Código de Processo Civil, que visa simplificar e agilizar o processo, buscando uma efetividade maior da prestação da tutela jurisdicional. É correto afirmar que

- (A) a principal característica da ação monitória é a possibilidade de dispensa do processo de conhecimento pleno para se atingir a formação de título executivo.
- (B) a ação monitória compete a quem pretender, com base em prova escrita com eficácia de título executivo, pagamento de soma em dinheiro, entrega de coisa fungível ou de determinado bem móvel.

(C) os embargos monitórios dependem de caução.  
(D) a decisão sobre a expedição de mandado de pagamento ou de entrega da coisa só pode ocorrer com a participação do réu no processo, obedecendo-se ao princípio do contraditório.

17. Em processo civil, capacidade postulatória é

- (A) a plena capacidade civil.
- (B) a plena capacidade de uma pessoa de estar em juízo.
- (C) a capacidade deferida pela lei ao profissional do direito, ao advogado devidamente inscrito na OAB, de poder agir e falar em nome das partes em juízo.
- (D) a capacidade que tem uma pessoa de pleitear em juízo o reconhecimento de seu direito.

18. O magistrado de 1º grau que indefere liminarmente a petição inicial por inépcia, profere uma sentença. Quando o relator, no juízo de 2º grau, indefere liminarmente o recurso de conformidade com o artigo 557 do CPC, profere

- (A) sentença.
- (B) acórdão.
- (C) despacho.
- (D) decisão.

19. Em processo civil, os sujeitos principais do processo são:

- (A) promotor, juiz e advogado.
- (B) juiz, autor e réu.
- (C) juiz, promotor e escrevente.
- (D) as pessoas que, por força de lei ou do contrato, devem responder pelo que o denunciante for condenado pela sentença no processo, e às quais a lide foi denunciada.

20. A expressão justiça comum ou ordinária

- (A) abrange a justiça comum dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, incluída a justiça federal.
- (B) refere-se apenas à justiça estadual.
- (C) refere-se apenas à justiça federal.
- (D) é aquela que só julga os processos comuns de rito ordinário.

## **Direito Comercial**

21. Nos contratos de arrendamento mercantil ou de "leasing", envolvendo veículo automotor, encerrado o prazo nele previsto, o arrendatário poderá

- (A) ficar com a propriedade do bem desde que tenha pago todas as prestações, mesmo inexistindo opção de compra.
- (B) alienar o bem a terceiro, após pagas todas as prestações.
- (C) ficar com a propriedade do bem desde que pago, também, o valor residual previsto no contrato.
- (D) pagas todas as prestações, exigir do arrendante a propriedade de outro veículo, porém

de ano de fabricação correspondente à data do término do contrato.

22. Nas sociedades anônimas permite-se a incorporação, fusão ou cisão, desde que

- (A) sejam sociedades de tipos iguais e estatutos semelhantes.
- (B) sejam sociedades de tipos iguais ou diferentes, mas cujos estatutos permitem a alteração.
- (C) sejam sociedades de capital fechado.
- (D) sejam sociedades de qualquer tipo, porém com autorização da Bolsa de Valores Mobiliários.

23. Para a constituição de uma Sociedade Anônima, o artigo 80 da Lei no 6.404, de 1976, exige: "Subscrição, pelo menos por duas pessoas, de todas as ações em que se divide o capital social fixado no estatuto". Se houver redução de pessoas, assim verificada em Assembléia Geral Ordinária, passando o capital social a ser detido por apenas um acionista,

- (A) a sociedade se dissolve de pleno direito.
- (B) haverá intervenção da Bolsa de Valores Mobiliários.
- (C) o Ministério Público, alertado pela BVM, intentará ação de dissolução.
- (D) a sociedade dissolver-se-á se o número de 2(dois) não for conseguido até a Assembléia Geral Ordinária seguinte.

24. Nas sociedades por quotas de responsabilidade limitada, em tese, os sócios não respondem solidariamente pelas obrigações sociais. Excetua-se, implicando responsabilidade solidária, os atos praticados

- (A) pelos sócios gerentes com excesso de mandato.
- (B) pelos sócios gerentes.
- (C) pelos sócios gerentes que deram nome à firma.
- (D) pelo quotista majoritário que deu nome à firma.

25. Na concordata preventiva já com processamento deferido, o juiz poderá declará-la rescindida se

- I. não forem pagas as prestações nas épocas devidas;
- II. o concordatário abandonar o estabelecimento comercial;
- III. o concordatário for preso por crime inafiançável, não falimentar;
- IV. um dos sócios não solidários for declarado falido em outro processo.

Estão corretas apenas as afirmações

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) I, II e IV.

26. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) O protesto da letra de câmbio dentro do prazo da lei é condição necessária para a cobrança contra o sacador, endossantes e seus avalistas, mas não contra o aceitante e

respectivo avalista.

- (B) É indispensável o protesto da letra de câmbio para a cobrança executiva contra o sacador.
- (C) Em cobrança de cambial, o devedor não pode opor exceção pessoal.
- (D) A letra de câmbio é um título causal e na ação de cobrança pode ser argüida a ausência de causa.

27. Assinale a alternativa correta.

- (A) A obrigação cambial pode ser assumida oralmente.
- (B) A obrigação cambial só pode ser assumida em documento escrito que preencha os requisitos específicos face ao princípio da literalidade.
- (C) O sacado em uma obrigação chéquica pode ser executado cambialmente.
- (D) Na forma da lei, o cheque deve ser apresentado ao sacado no prazo de trinta dias, se da mesma praça, e de sessenta dias, se de praças diversas. Não apresentado no prazo legal, e se devolvido o cheque por falta de fundos, o portador perde o direito de executar o emitente.

28. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) A proteção ao nome empresarial decorre automaticamente do arquivamento dos atos constitutivos de firma individual e de sociedades, ou de suas alterações.
- (B) O nome empresarial obedecerá aos princípios da veracidade e da novidade.
- (C) A alienação da firma individual pode ocorrer independentemente do estabelecimento a que se refere.
- (D) O princípio da novidade impede a adoção de nome igual ou semelhante ao de outro empresário.

29. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) A empresa tem natureza jurídica de sujeito de direito.
- (B) A empresa é a atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou serviços.
- (C) Sujeito de direito na empresa é o empresário.
- (D) O estabelecimento empresarial não se confunde com a empresa.

30. (\*) O artigo 18 do Código de Defesa do Consumidor prevê a desconsideração da personalidade jurídica

- (A) quando, em detrimento do consumidor, houver excesso de poder.
- (B) quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito e infração da lei.
- (C) no caso de encerramento da pessoa jurídica provocado por má administração.
- (D) em todas as situações elencadas nas alternativas acima.

## **Direito Penal**

31. É correto dizer-se que, quando o agente provoca lesões corporais, uma de natureza grave e outra de natureza gravíssima, contra a mesma vítima, num mesmo contexto de ação, ocorre

- (A) concurso formal.
- (B) crime continuado.
- (C) concurso material.
- (D) crime único.

32. Se o agente lesiona levemente a vítima, sabendo de seu estado de gravidez, e esta vem a abortar em virtude da ação do réu, o agente responderá por

- (A) lesões leves.
- (B) lesões gravíssimas.
- (C) lesões graves.
- (D) perigo para a vida ou à saúde de outrem.

33. Se o agente, após o abandono e conseqüente exposição do abandonado a perigo concreto, reassume o dever de assistência, ocorre

- (A) arrependimento eficaz.
- (B) desistência voluntária.
- (C) arrependimento posterior.
- (D) consumação de crime de abandono de incapaz.

34. O agente que, dolosamente, impede o socorro ao suicida que se arrependera do ato extremado e tentava buscar auxílio, comete

- (A) crime de omissão de socorro.
- (B) crime de homicídio.
- (C) crime de induzimento ao suicídio.
- (D) fato penalmente irrelevante.

35. É incorreto afirmar-se que

- (A) para a realização do aborto sentimental, é prescindível a existência de autorização judicial.
- (B) o namorado que acompanha a gestante que deseja abortar ou paga o aborto criminoso, a pedido dela, comete o crime de auto-aborto na condição de co-autor.
- (C) em caso de aborto necessário feito por médico, nenhum crime pratica a enfermeira que o auxiliou.
- (D) para a realização do aborto necessário é prescindível o consentimento da gestante ou de seus familiares.

36. Inexistindo médico em uma longínqua fazenda, é correto dizer-se que, no caso de aborto necessário feito por enfermeira, sem o consentimento da vítima,

- (A) é aplicável ao caso a causa de exclusão de criminalidade prevista como aborto necessário.
- (B) a enfermeira comete o crime de aborto sem o consentimento da gestante.
- (C) a enfermeira deve ser absolvida pela justificativa do estado de necessidade de terceiro.
- (D) a enfermeira é beneficiada pelo reconhecimento do exercício regular de direito.



37. Se o partícipe instiga outrem a praticar um crime de homicídio, mas durante a execução do ataque quis impedir que o resultado se produzisse, porém sem sucesso,

- (A) é reconhecível a desistência voluntária.
- (B) é reconhecível o arrependimento eficaz.
- (C) é reconhecível o arrependimento posterior.
- (D) beneficia-se pela participação de menor importância.

38. É correto dizer-se que, quando o agente produz dolosamente um incêndio, mas logo depois, para salvar do sinistro um terceiro, vem a sacrificar a vida de outra pessoa,

- (A) comete o crime de homicídio.
- (B) age sob a égide de estado de necessidade de terceiro.
- (C) age sob a égide do exercício regular de direito.
- (D) é de reconhecer-se a inexigibilidade de outra conduta.

39. É incorreto afirmar-se que

- (A) o simples emprego de veneno qualifica sempre o crime de homicídio.
- (B) o autor intelectual, inciente de que o executor material irá torturar a vítima antes de tirar-lhe a vida, não responderá pela qualificadora do emprego de meio cruel.
- (C) é admissível a tentativa de induzimento a suicídio quando a vítima não ultima o ato suicida, mas apenas sofre lesões corporais de natureza grave.
- (D) quem induz ou instiga um menor sem compreensão a matar-se, comete o crime de homicídio e não o crime de indução a suicídio.

40. O agente instiga a gestante a fazer auto-aborto mediante curetagem e esta vem a falecer em virtude das manobras abortivas, sem que o agente quisesse o evento morte da gestante. Nessa hipótese, o agente responderá

- (A) apenas pelo crime de auto-aborto na condição de partícipe.
- (B) pelo crime de auto-aborto na condição de partícipe e homicídio culposo.
- (C) pelo crime de auto-aborto, qualificado pela morte da gestante.
- (D) apenas pelo crime de auto-aborto como co-autor.

## **Direito Processual Penal**

41. Quanto à ação penal pública condicionada, é correto afirmar-se que

- (A) o direito de representação poderá ser exercitado mediante declaração escrita ou oral.
- (B) as fundações, ainda que legalmente constituídas, não poderão exercer a ação penal.
- (C) não oferecida a representação no prazo legal, ocorre a decadência, causa extintiva da culpabilidade.
- (D) a representação poderá ser dirigida somente à Autoridade Policial ou ao representante do Ministério Público.

42. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) A ausência de nomeação de curador a réu menor de 21 anos de idade, por ocasião de interrogatório policial, não anula a ação penal.
- (B) No exame por precatória, a nomeação dos peritos far-se-á sempre no juízo deprecante.
- (C) Desaparecendo os vestígios da infração, a prova testemunhal e a documental poderão suprir a falta do exame do corpo de delito.
- (D) Nas infrações que deixam vestígios, se o corpo de delito, seu elemento sensível, se encontrar nos autos, dispensável a prova pericial, ainda mais se o réu assume a autoria.

43. Ocorrendo nulidade posterior à pronúncia,

- (A) o recurso cabível é o recurso em sentido estrito.
- (B) o recurso cabível é o recurso ex-offício.
- (C) o recurso cabível é a apelação.
- (D) não é cabível qualquer tipo de recurso.

44. Assinale a opção incorreta.

- (A) A revisão criminal poderá ser requerida em qualquer tempo, antes da extinção da pena ou após.
- (B) A revisão criminal só é possível em processo findo.
- (C) Na revisão criminal prevalece o "in dubio pro societate".
- (D) O Tribunal, ao conhecer a revisão criminal, não poderá alterar a classificação do delito.

45. Do processo dos crimes de competência do Júri é correto afirmar-se que

- (A) se houver querelante, terá este vista dos autos para alegações antes do Promotor de Justiça.
- (B) os jurados excluídos por impedimento ou suspeição não serão computados para a constituição do número legal.
- (C) o mesmo Conselho de Sentença não poderá conhecer de mais de um processo na mesma sessão de julgamento, mesmo que as partes o aceitem.
- (D) a sentença será fundamentada, inclusive quanto às conclusões que restarem das respostas aos quesitos e será lida pelo Juiz, de público, antes de encerrada a sessão do julgamento.

46. É incorreto afirmar-se que

- (A) é de se anular o auto de prisão em flagrante lavrado contra menor de 21 anos de idade, quando o curador que lhe foi nomeado for Escrivão lotado na mesma Delegacia de Polícia.
- (B) é proibida a juntada de documentos na fase das alegações finais no processo de competência do Júri.
- (C) as partes podem, irrestritamente, apresentar documentos em qualquer fase do processo.
- (D) as cartas poderão ser exibidas em Juízo pelo respectivo destinatário para defesa de seu direito, ainda que não haja consentimento do signatário.

47. Dentre as normas existentes na Lei de Execução Penal é correto afirmar-se que

- (A) ao juiz da execução compete aplicar aos casos julgados, a lei posterior que de qualquer modo favoreça o condenado.
- (B) a autoridade administrativa não poderá decretar o isolamento preventivo do faltoso.
- (C) para a prestação de trabalho externo a ser autorizado pela direção do estabelecimento, além de outros requisitos, é exigido o cumprimento mínimo de 1/3 da pena.
- (D) mesmo na medida de suas aptidões e capacidade, o condenado à pena privativa de liberdade não está obrigado ao trabalho.

48. Quanto ao objeto da prova no processo penal é correto afirmar-se que

- (A) os fatos axiomáticos precisam ser provados.
- (B) assim como ocorre no processo civil, no processo penal se exclui do objeto da prova o chamado fato incontroverso.
- (C) os fatos presumidos precisam ser provados.
- (D) estão incorretas as afirmações das alternativas anteriores.

49. Assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da indivisibilidade da ação penal só vige na ação penal privada.
- (B) O princípio da indivisibilidade da ação penal só vige na ação penal pública.
- (C) O princípio da indivisibilidade da ação penal vige tanto na ação penal privada como na ação penal pública.
- (D) Se a ação penal privada não foi proposta contra todos os autores, deve ser decretada a extinção da punibilidade pela decadência.

50. É incorreto afirmar-se que

- (A) na ação penal privada, a renúncia ao direito de queixa é ato unilateral, prescindindo da aceitação do querelado.
- (B) o perdão é um ato bilateral, não produzindo efeito se o querelado não o aceita.
- (C) cabe o perdão do ofendido até o trânsito em julgado da sentença.
- (D) o perdão deve ser expresso, não se admitindo o tácito.

## **Direito Administrativo**

51. Assinale a alternativa correta.

- (A) As entidades paraestatais são pessoas jurídicas de Direito Público.
- (B) Os Estados membros possuem soberania, independência política, administrativa e financeira.
- (C) As autarquias são pessoas jurídicas de Direito Privado.
- (D) As fundações públicas deverão ser criadas por lei específica.

52. O poder discricionário

- (A) não vincula o administrador à forma e finalidade do ato.
- (B) vincula o administrador à forma e finalidade do ato.
- (C) não permite ao administrador praticar o ato com os critérios de conveniência e oportunidade.
- (D) permite ao administrador exceder os limites da lei.

53. É incorreto dizer que

- (A) o servidor público civil possui direito à livre associação sindical.
- (B) o concurso público terá validade de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- (C) os cargos em comissão dependem de concurso público.
- (D) poderá haver contratação, por tempo determinado, para atender à necessidade temporária excepcional.

54. As pessoas físicas que ocupam os cargos que compõem a estrutura de governo, ligados ao exercício de atribuições constitucionais, são denominadas

- (A) Agentes Honoríficos.
- (B) Agentes Credenciados.
- (C) Agentes Delegados.
- (D) Agentes Políticos.

55. Dentre outros, são requisitos dos atos administrativos,

- (A) a forma e o objeto.
- (B) o tempo e o local.
- (C) a territorialidade e a forma.
- (D) os sujeitos e a territorialidade.

56. Em relação à rescisão dos contratos administrativos, observe:

- I. o atraso superior a 60 dias dos pagamentos permite sua rescisão;
- II. apenas a inexecução total do contrato possibilita a sua rescisão;
- III. em nenhuma hipótese a administração pode rescindir unilateralmente os contratos.

Pode-se afirmar que

- (A) todas as afirmações estão corretas.
- (B) todas as afirmações estão incorretas.
- (C) apenas a afirmação I está correta.
- (D) apenas as afirmações I e II estão corretas.

57. Se for exigida uma garantia nas contratações de obras, serviços e compras, a lei permite

- (A) ao contratado fazer a opção por uma das garantias previstas em lei.
- (B) à administração impor a garantia que entender conveniente.

- (C) que o limite da garantia exceda a 20% do valor do contrato.
- (D) que a garantia seja liberada ou restituída, na hipótese de contratação de obra, quando 50% desta estiver executada.

58. O ato administrativo de atuação interna que visa normatizar o funcionamento de órgãos colegiados e corporações legislativas é denominado

- (A) Resolução.
- (B) Regimento.
- (C) Regulamento.
- (D) Deliberação.

59. Em relação aos serviços de utilidade pública, pode-se afirmar que

- (A) são caracterizados pela essencialidade e necessidade.
- (B) só poderão ser prestados pelo Poder Público.
- (C) poderão ser prestados por terceiros.
- (D) a atividade policial é exemplo de serviço de utilidade pública.

60. A modalidade de licitação necessária para o contrato de concessão de direito real de uso é

- (A) a concorrência.
- (B) o leilão.
- (C) o convite.
- (D) a tomada de preço.

## **Direito Constitucional**

61. A escolha e a nomeação do advogado para compor o quinto constitucional é da competência

- (A) da Ordem dos Advogados, exclusivamente.
- (B) do Poder Executivo e do Poder Judiciário.
- (C) da Ordem dos Advogados, do Poder Judiciário e do Poder Executivo.
- (D) do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.

62. Constitui embaraço à plena liberdade de informação dos meios de comunicação,

- (A) o exercício do direito de resposta, proporcional ao agravo.
- (B) o ressarcimento pelos danos morais causados por informação que violou a vida privada.
- (C) dispositivo de lei ordinária que obrigue a revelação da fonte das informações veiculadas por jornalistas.
- (D) condenação judicial de jornalista que, em matéria assinada, pratica o crime de calúnia contra alguém.

63. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) A Constituição Federal permite o trabalho do maior de 12 anos, desde que garantidos os seus direitos previdenciários e trabalhistas.
- (B) Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.
- (C) Os filhos havidos ou não, da relação de casamento, possuem os mesmos direitos.
- (D) O casamento religioso tem efeito civil.

64. A Constituição, com relação à política de reforma agrária, dispõe que

- I. a União e os Estados poderão desapropriar, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social;
- II. o Poder Público indenizará não só o valor da terra, como também as benfeitorias úteis e necessárias;
- III. a indenização, para fins de reforma agrária, será em títulos da dívida pública, resgatáveis em dez anos.

Pode-se afirmar que

- (A) todas as afirmações estão incorretas.
- (B) todas as afirmações estão corretas.
- (C) apenas as afirmações I e III estão corretas.
- (D) apenas a afirmação II está correta.

65. Analise as afirmações abaixo.

- I. O Magistrado só poderá exercer uma função no Magistério se estiver em disponibilidade.
- II. Desde seu ingresso na carreira, o Magistrado só poderá perder seu cargo por sentença judicial transitada em julgado.
- III. Somente poderão ingressar no Supremo Tribunal Federal os Ministros que exerceram durante dois anos suas funções no Superior Tribunal de Justiça.
- IV. Os Tribunais poderão declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, pelo voto da maioria de seus membros ou dos membros do seu órgão especial.

Pode-se afirmar que

- (A) todas as afirmações estão incorretas.
- (B) todas as afirmações estão corretas.
- (C) apenas as afirmações I e II estão corretas.
- (D) apenas a afirmação III está correta.

66. O Vice-Presidente da República, nos crimes de responsabilidade, será processado e julgado

- (A) pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) pelo Senado Federal.
- (C) pela Câmara dos Deputados.
- (D) pelo Superior Tribunal de Justiça.

67. O artigo 2º da Constituição Federal: "São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário" é norma de

- (A) eficácia plena.
- (B) eficácia limitada.
- (C) eficácia contida.
- (D) eficácia semi-plena.

68. As normas infraconstitucionais compatíveis com a nova Constituição geram o fenômeno da

- (A) desconstitucionalização.
- (B) recepção.
- (C) repristinação.
- (D) reordenação.

69. A assistência jurídica ao hipossuficiente é da competência

- (A) do Poder Judiciário.
- (B) da Ordem dos Advogados do Brasil.
- (C) do Poder Executivo.
- (D) do Ministério Público.

70. As medidas provisórias

- (A) podem ser editadas somente nos casos de normas tributárias e criação de cargos públicos.
- (B) podem ser editadas pelo Presidente da República e pelo Presidente do Congresso Nacional.
- (C) podem ser editadas pelo Presidente da República juntamente com o Presidente da Câmara.
- (D) perderão sua eficácia no prazo de 30 dias se não forem aprovadas ou reeditadas.

## **Direito Tributário**

71. O ato por meio do qual a autoridade perdoa uma dívida tributária, com base em critérios legais, denomina-se

- (A) remição.
- (B) isenção.
- (C) remissão.
- (D) imunidade.

72. Assinale a afirmativa correta.

- (A) A União não pode instituir impostos não previstos pelo artigo 153, da Constituição Federal.
- (B) Pertencem ao Município 20% do produto da arrecadação do imposto dos Estados sobre a propriedade territorial rural.
- (C) Não cabe aos Estados instituir imposto sobre prestações de serviços de transporte

interestadual e intermunicipal e comunicação salvo se iniciados no exterior.  
(D) Pertencem ao Município 50% da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seu território.

73. O crédito tributário

- (A) não decorre da obrigação principal.
- (B) decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.
- (C) não tem a mesma natureza da obrigação tributária.
- (D) decorre da obrigação acessória e tem a mesma natureza desta.

74. A competência para instituir o imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativo a títulos ou valores mobiliários é

- (A) dos Estados.
- (B) dos Municípios.
- (C) da União.
- (D) do Distrito Federal.

75. Suspende(m) a exigibilidade do crédito tributário:

- I. a moratória;
- II. o depósito do seu montante integral;
- III. as reclamações e recursos administrativos;
- IV. a concessão de Medida Liminar.

Pode-se afirmar que

- (A) todos os itens estão corretos.
- (B) apenas os itens I e II estão corretos.
- (C) todos os itens estão incorretos.
- (D) apenas o item III está correto.

76. Os Estados possuem competência para instituir impostos, dentre outros, sobre

- (A) propriedade territorial rural.
- (B) serviços de qualquer natureza.
- (C) propriedade territorial urbana.
- (D) transmissão "causa mortis" e doação de quaisquer bens e direitos.

77. A Constituição Federal, em seu artigo 150, incisos I e II, ao afirmar que os tributos não poderão ser exigidos ou aumentados sem lei que o estabeleça e que os contribuintes, em situação equivalente, não terão tratamento desigual, está dispondo sobre os princípios

- (A) da Anterioridade e da Isonomia.
- (B) da Capacidade Contributiva e da Anterioridade.
- (C) da Legalidade e da Isonomia.
- (D) da Legalidade e da Anterioridade.



78. A competência residual de instituir impostos é outorgada

- (A) a todas as entidades federativas.
- (B) à União.
- (C) aos Estados e Distrito Federal.
- (D) ao Município.

79. O princípio da não cumulatividade é um atributo do

- (A) Imposto sobre produto industrializado e Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços.
- (B) Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativo a títulos ou valores mobiliários.
- (C) Imposto sobre veículos automotores e Imposto sobre serviço de qualquer natureza.
- (D) Imposto sobre propriedade territorial rural e Imposto sobre propriedade territorial urbana.

80. As taxas

- (A) poderão ter base de cálculo própria de imposto.
- (B) não poderão ter base de cálculo própria de imposto.
- (C) poderão ser cobradas sobre serviços públicos indivisíveis.
- (D) poderão ser cobradas sobre serviços inespecíficos.

## Conhecimentos Gerais e Língua Portuguesa

81. (\*) Escolha a alternativa que preenche as lacunas da frase abaixo com as formas corretas dos verbos ter e ver.

A vida \_\_\_\_\_ percalços que \_\_\_\_\_ sem ninguém esperar; quando um deles \_\_\_\_\_, todos \_\_\_\_\_ de enfrentá-los com decisão.

- (A) tem, vêm, vem, têm
- (B) têm, vem, vêm, tem
- (C) têm, vêm, vem, tem
- (D) tem, vem, vêm, têm

82. Aponte a alternativa em que a forma verbal está correta.

- (A) Haviam muitas pessoas na sala.
- (B) Fazem dez anos que não o vejo.
- (C) Devem haver mais processos contra o réu.
- (D) Existiam muitas falhas no inquérito policial.

83. Identifique a alternativa correta quanto ao uso da crase.

- (A) O juiz deverá chegar amanhã cedo à Brasília.
- (B) Fez à pé todo o caminho de São Tiago.
- (C) As inscrições para o concurso estarão abertas à partir do dia 16.

(D) É uma paisagem semelhante à da sua terra.

84. Identifique a figura de linguagem no verso de Olavo Bilac:

"Rios te correrão dos olhos, se chorares."

- (A) Hipérbole.
- (B) Antítese.
- (C) Eufemismo.
- (D) Pleonasma.

85. Em "Memórias do Cárcere", Graciliano Ramos tem por inspiração movimento político de

- (A) 1922.
- (B) 1932.
- (C) 1935.
- (D) 1945.

86. O chamado "Plano Cohen" está ligado de forma mais imediata ao momento da História do Brasil conhecido como

- (A) Intentona Comunista.
- (B) Revolução de 1930.
- (C) Estado Novo.
- (D) Anistia de 1945.

87. O Brasil, na atualidade, tem-se empenhado bastante na solução do problema das fronteiras entre

- (A) a Argentina e o Chile.
- (B) o Peru e o Equador.
- (C) a Bolívia e o Paraguai.
- (D) a Colômbia e a Venezuela.

88. Greve de grandes proporções, em 1998, repercutiu intensamente nos Estados Unidos. Ocorreu no setor da indústria

- (A) alimentícia.
- (B) farmacêutica.
- (C) de componentes eletrônicos.
- (D) automobilística.

89. Indique a seqüência correta dos países a que correspondem as personalidades Carlos Menem, Andres Pastrana, Alberto Fujimori e Raul Cubas Grau.

- (A) Colômbia, Peru, Argentina e Paraguai.
- (B) Argentina, Uruguai, Paraguai e Peru.
- (C) Argentina, Colômbia, Peru e Paraguai.
- (D) Peru, Argentina, Paraguai e Uruguai.

90. "Bella Donna", com estréia recente em São Paulo, é filme dirigido por

- (A) Cacá Diegues.
- (B) Fábio Barreto.
- (C) Hector Babenco.
- (D) Walter Salles.

## Gabarito

01.D	02.A	03.C	04.A	05.D	06.B	07.C	08.A	09.B	10.B
11.C	12.B	13.D	14.C	15.B	16.A	17.C	18.D	19.B	20.A
21.C	22.B	23.D	24.A	25.A	26.D	27.B	28.C	29.A	30.D
31.D	32.B	33.D	34.B	35.B	36.C	37.D	38.A	39.A	40.B
41.A	42.B	43.C	44.D	45.A	46.C	47.A	48.D	49.C	50.D
51.D	52.B	53.C	54.D	55.A	56.B	57.A	58.B	59.C	60.A
61.C	62.C	63.A	64.D	65.A	66.B	67.A	68.B	69.C	70.D
71.C	72.D	73.B	74.C	75.A	76.D	77.C	78.B	79.A	80.B
81.A	82.D	83.D	84.A	85.C	86.C	87.B	88.D	89.C	90.B

## **Prova Escrita (2º Fase)**

### **DIREITO CIVIL - DISSERTAÇÃO**

Das nulidades dos atos jurídicos. Classificação e discriminação. Distinção entre nulidade absoluta e nulidade relativa. Ratificação. Obrigações contraídas por menores.

### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

Inexistindo recurso contra a decisão que, na oportunidade do saneamento do processo, rejeitou as preliminares de coisa julgada e de prescrição da ação, poderá a matéria ser novamente questionada quando da sentença definitiva ou da apelação?

### **DIREITO COMERCIAL**

Mostra-se admissível uma sociedade comercial entre marido e mulher, independentemente do regime de bens que vigore no casamento por eles contraído? Justifique.

### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

Conceitue o princípio do juiz natural. A criação de varas especializadas para julgar determinadas matérias fere tal princípio?

### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

Em que consistem os serviços próprios do Estado? Exemplifique.

### **DIREITO TRIBUTÁRIO**

Em que consiste a anistia em Direito Tributário? Qual a diferença entre anistia e remissão?

### **DIREITO PENAL - DISSERTAÇÃO**

Imputabilidade penal. Hipóteses de inimputabilidade. Efeitos da inimputabilidade. Efeitos da semi-imputabilidade.

### **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

Em que consiste a despronúncia?